

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

LEI FEDERAL Nº 4.320/64

Artigo 18. A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas expressamente incluídas nas despesas correntes do orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, como subvenções econômicas:

- a) as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais;
- b) as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO

Estado do Rio Grande do Sul

NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

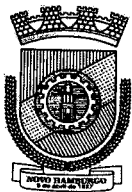
CAPÍTULO VI

DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Estado do Rio Grande do Sul
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

Lei Federal nº 8.666/93

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - identificação do objeto a ser executado;
- II - metas a serem atingidas;
- III - etapas ou fases de execução;
- IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;
- V - cronograma de desembolso;
- VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 2º Assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.

§ 3º As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:

I - quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela entidade ou órgão descentralizador dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;

II - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

III - quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

§ 4º Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.

§ 5º As receitas financeiras auferidas na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

§ 6º Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Estado do Rio Grande do Sul
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

DECRETO Nº 2.336/2005, de 12 de dezembro de 2005.

Regulamenta a Lei Municipal nº 05/92, de 3 de janeiro de 1992, que institui normas para a concessão de auxílios e subvenções, institui o Manual para Concessão de Subvenções Sociais e de Prestação de Contas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a normalização da concessão de subvenções sociais a entidades de caráter assistencial, filantrópico e/ou sem fins lucrativos nas áreas da assistência social, educação e desporto, cultura, meio ambiente e saúde, visando a observância das normas legais estabelecidas, em especial as da Lei Municipal nº 05/92, de 3 de janeiro de 1992, deve guardar correspondência com a referida Lei;

Considerando a necessidade, ainda, de regulamentar a citada Lei Municipal nº 05/92, por força da legislação superveniente, e no atendimento dos preceitos de gestão administrativa preconizados pela Lei Federal Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, bem assim em observância à Lei Federal nº 4.320/64 (artigos 12 e 16);

Considerando ser recomendável a revisão do Decreto nº 2.011/2005, adequando as respectivas normas à realidade local e às peculiaridades dos convênios usualmente formalizados pela Administração Municipal, preservando, não obstante, o regime mínimo indispensável para a liberação de subvenções sociais, a boa utilização dos recursos públicos e a correta prestação de contas da aplicação das verbas subvencionadas, tal mediante nova consolidação normativa.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Manual para Concessão de Subvenções Sociais e de Prestação de Contas, que normaliza a concessão de subvenções sociais e correspondentes prestação de contas, como segue:

MANUAL PARA CONCESSÃO DE SUBVENÇÕES SOCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

I - DA SOLICITAÇÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL

1. Para fazer jus a receber recurso público, a Entidade deverá:

- Comprovar tratar-se de entidade sem fins lucrativos, cujos dirigentes não são remunerados, e possuir Conselho Fiscal ou órgão equivalente;
- Estar previamente cadastrada na Secretaria Municipal correspondente à sua área de atuação;
- Apresentar o Plano de Trabalho e/ou Projeto de Aplicação da subvenção;
- Apresentar Planilhas Estimativas de Custos e Cronogramas Financeiros relativos às prestações de serviços, realização de obras ou aquisição de bens de natureza permanente, de materiais de expediente e consumo, de despesas com manutenção e administração, inclusive de pessoal e encargos sociais;

II - DO CADASTRO DAS ENTIDADES

2. São documentos necessários ao cadastramento:

- Cópia do cartão de inscrição no CNPJ;
- Cópia do estatuto social;
- Cópia do registro do ato constitutivo;
- Atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de aptidão para desempenho de atividade pública, compatível com os objetivos sociais da entidade;
- Cópia de certificado de filantropia ou de organização social, ou de lei de reconhecimento de utilidade pública;
- Cópia do instrumento de mandato ou documento que confira o poder de representação ao titular da entidade (cópia da ata e termo de posse);
- Cópia do Alvará de Funcionamento e Localização;

III - DO PLANO DE TRABALHO E/OU PROJETO DE APLICAÇÕES

3. O Plano de Trabalho e/ou Projeto de Aplicações deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- Identificação completa da entidade (CNPJ, endereço, CEP, telefones de contato e nome e endereço completos dos representantes legais da entidade, citando cargo ou função exercido);
- Identificação do objetivo a ser desenvolvido;
- Metas a serem atingidas;
- Planos ou fases de execução;
- Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- Cronograma de desembolso estimado;
- Fontes de recursos da entidade, caso existentes;
- Compatibilidade de entidades, caso exista;
- Benefícios previstos;
- Avaliação do início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas ou fases programadas;
- Aprovação do Plano de Trabalho e/ou Projeto de Aplicações pelo respectivo Conselho Municipal;
- Trabalhos já realizados pela entidade (relatório de atividades anteriormente desenvolvidas);

4. O Plano de Trabalho e/ou Projeto de Aplicações será apresentado à Secretaria Municipal e, depois de aprovado, providenciado junto à Procuradoria e à Secretaria de Planejamento e SEMPA para verificação quanto à respectiva compatibilidade orçamentária e disponibilidade financeira, e, após, remeterá a Procuradoria Geral do Município para a elaboração do respectivo projeto de lei de concessão do recurso, e o subsequente instrumento de convênio.

5. Os Planos de Trabalho e/ou Projeto de Aplicações serão acompanhados e arquivados pela Secretaria Municipal a que se vincula a entidade.

IV - DOS CONVÊNIOS

6. Sancionada a lei autorizativa, a Procuradoria Geral do Município, por solicitação da Secretaria Municipal a que se vincula a entidade, providenciará o respectivo instrumento de convênio a ser assinado pelas partes, que deverá conter, além dos requisitos formais, o prazo de sua duração, normas específicas de prestação de contas e demais elementos que assegurem a perfeita utilização do recurso público, nos moldes do projeto previamente aprovado, bem assim a observância ao presente Manual.

V - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7. A liberação dos recursos atenderá ao que segue:

- Os recursos serão liberados pelo Município conforme sua disponibilidade de caixa e em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado;
- A entidade deverá manter conta bancária em banco oficial (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal ou Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A), informando o banco, a agência e o número de conta bancária à Secretaria da Fazenda - SEMFA, para fins de movimentação dos recursos liberados;
- Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, deverão ser aplicados em Caderneta de Poupança e/ou em aplicação de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em Fundo de Aplicação Financeira de Curto Prazo ou Operação em Mercado Aberto, lastreada em títulos de dívida pública, quando a utilização vier a ser em prazos menores que um mês;

• As receitas financeiras auferidas na forma do item acima serão computadas a crédito do convênio, devendo constar de demonstrativo que integre a Prestação de Contas;

• Para despesas com compras ou serviços de valor superior a 4 (quatro) salários mínimos nacionais, será exigida a apresentação de pelo menos 3 (três) orçamentos prévios.

VII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8. A Prestação de Contas deverá ser apresentada à Secretaria Municipal a que se vincula a entidade mensalmente, com prazo de entrega da respectiva documentação relativa ao mês em análise, em até 60 (sessenta) dias, de forma sucessiva e com referido interregno de 60 (sessenta) dias, salvo outros prazos estabelecidos na respectiva lei autorizativa ou no próprio instrumento de convênio, e será composta de:

- Cópia de notas fiscais, de cupons fiscais ou de recibos relativos às compras e serviços que comprovem as despesas realizadas;
- Cópia das guias de recolhimento de impostos retidos na fonte, de impostos sobre serviços e contribuições previdenciárias e fundiárias;
- Cópia do Balanço Financeiro analítico de receitas e despesas, assinado pelo contador responsável e pelo representante legal da entidade;
- Cópia do Parecer do Conselho Fiscal ou órgão equivalente da entidade, aprovando as contas respectivas;
- Cópia dos cheques emitidos, acompanhadas de cópia do respectivo documento da despesa;
- Cópia dos extratos de movimentação da conta bancária, espelhando toda a aplicação do recurso;
- Cópia dos extratos bancários, de aplicações financeiras, conta-poupança e/ou aplicações financeiras, a caso não se encontrem integradas aos extratos de movimentação, acima;
- Cópia do comprovante bancário de devolução ao Município do eventual saldo remanescente - valor do recurso não utilizado, ao término do convênio, se ele que concedeu a subvenção não dispuser de forma diferente;
- Declaração de execução do objeto, firmada pelos membros da Diretoria e/ou do Conselho Deliberativo ou órgão equivalente da entidade, atestando que o objetivo do convênio foi atendido e a verba utilizada conforme previsto no respectivo projeto;

VIII - DAS APROVAÇÕES DAS CONTAS

9. As prestações de contas serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade da SEMFA, que procederá à respectiva análise documental e contábil, e, após eventuais diligências e correspondente regularização, emitirá parecer prévio.

10. Sendo favorável o parecer prévio, as contas serão remetidas para aprovação da Secretaria Municipal a que se vincula a entidade, que certificará que o projeto foi atendido, que o objeto do convênio foi executado e que a verba foi adequadamente utilizada pela entidade subvencionada.

11. Em caso de parecer desfavorável, a Secretaria Municipal a que se vincula a entidade remeterá o procedimento, com a documentação pertinente, à Procuradoria Geral do Município para as providências cabíveis.

12. A Diretoria de Contabilidade compete:

- Analisar todos os documentos e certificar a pertinência dos mesmos em relação ao cumprimento da lei e/ou do convênio, relativos a subvenção;
- Remeter as Prestações de Contas à Secretaria Municipal a que se vincula a entidade, com parecer prévio, para aprovação ou rejeição das contas;
- Quando se tratar de convênios de natureza continuada, as prestações de contas serão parciais, devendo ser prestadas em intervalos sucessivos de 60 (sessenta) dias, cada, se outro prazo não for estabelecido pela respectiva lei autorizativa ou pelo próprio instrumento de convênio;
- Fazer incluir as entidades que não prestarem contas no prazo e forma devidos, em Cadastro de Inadimplentes do Município;

13. A Secretaria Municipal a que se vincula a entidade compete:

- Comunicar à SEMFA a aprovação parcial das contas relativas às parcelas anteriormente liberadas, a cada 60 (sessenta) dias, quando da tratar de convênios de natureza continuada, para efeito de liberação das parcelas subsequentes. As parcelas que se vencerem durante esse interregno serão liberadas sem prejuízo da posterior análise e correspondente aprovação ou rejeição quanto às respectivas prestações de contas;
- Manter sob seu arquivo as prestações de contas, cópia da lei autorizativa e do convênio respectivo, em pastas individuais (por entidade subvencionada), de fácil acesso e manuseio, à disposição do Tribunal de Contas do Estado;
- Expedir notificação extrajudicial à entidade para prestar contas ou devolver o recurso público recebido, esgotado o prazo estabelecido na lei ou no convênio;
- Instaurar Tomada de Contas Especial por infração aos termos da lei autorizativa da subvenção, ao convênio ou ao presente Manual;
- Remeter ao Conselho Municipal respectivo cópia do certificado de aprovação de contas da entidade;

VIII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

14. Os convênios formalizados em data anterior à vigência do presente Decreto, observando, no que diz com as respectivas prestações de contas, as normas fixadas nas respectivas leis autorizativas.

IX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15. As prestações de contas, quando se tratar de convênios de natureza continuada, e além do estipulado neste Manual, deverão observar os respectivos prazos contratuais, e, quando do respectivo término, ser entregues em até 60 (sessenta) dias desse termo final, salvo se outros prazos forem estabelecidos nas respectivas leis autorizativas ou nos próprios instrumentos de convênio.

16. Todas as cópias dos documentos apresentados pela entidade serão assinadas pelos seus representantes legais ou responsáveis, atestando a respectiva autenticidade e fidelidade.

17. A Administração Municipal adotará medidas saneadoras e judiciais cabíveis em casos de não utilização dos recursos públicos por parte da entidade que receber qualquer subvenção, exigindo-lhe, quando for o caso, a devolução do valor ao Erário Municipal.

18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 2.011/2005, de 23 de fevereiro de 2005.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano de 2005.

JAIR HENRIQUE FOSCARINI - Prefeito Municipal

JOSÉ CACIO AULER BORTOLINI - Secretário de Assuntos Jurídicos

Registre-se e Publique-se.

JOÃO ALBERTO ANTÔNIO - Secretário de Administração

Dois Sargos, Dois Grãos, SAÚDE UNIAWDA - (Lei Municipal nº 31/98, de 19 de maio de 1998)

"Contribuição
(Lei N



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Estado do Rio Grande do Sul
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



PUBLICAÇÃO: JORNAL NH
Edição: 18/12/2008
PÁGINA: 18



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
Estado do Rio Grande do Sul
NOVO HAMBURGO - CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

LEI MUNICIPAL nº 1.924/2008, de 16 de dezembro de 2008.

Estima a Receita e fixa a Despesa do município de Novo Hamburgo para o exercício de 2009, e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO.

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do município de Novo Hamburgo para o exercício de 2009, compreendendo o orçamento anual referente aos poderes municipais, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público municipal.

Art. 2º - A receita total é estimada no mesmo valor da despesa total em R\$ 431.555.072,00 (Quatrocentos e trinta e um mil, quinhentos e cinquenta e cinco mil e setenta e dois reais), dos quais R\$ 293.416.424,00 (duzentos e noventa e três mil, quatrocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) são recursos do tesouro e R\$ 138.138.648,00 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais) são recursos de outras fontes dos órgãos e entidades da administração indireta, inclusive dos fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público municipal.

Art. 3º - A receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos e das demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, conforme discriminação constante do Anexo I, e dados consolidados a seguir, expressos em moeda corrente nacional:

I - **Receitas Correntes:** R\$ 385.350.181,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta mil, cento e oitenta e um reais);

a) **Receita Tributária:** R\$ 76.018.834,00 (setenta e seis mil, oitocentos e trinta e quatro reais);

b) **Receita Contribuições:** R\$ 24.747.000,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais);

c) **Receita Patrimonial:** R\$ 13.573.840,00 (treze milhões, quinhentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta reais);

d) **Receita de Serviços:** R\$ 46.278.900,00 (quarenta e seis milhões, duzentos e setenta e oito mil, novecentos reais);

e) **Transferências Correntes:** R\$ 213.633.244,00 (duzentos e treze milhões, seiscentos e trinta e três mil, duzentos e quarenta e quatro reais);

f) **Outras Receitas Correntes:** R\$ 11.098.363,00 (onze milhões, noventa e oito mil, trezentos e sessenta e três reais);

II - **Receitas de Capital:** R\$ 32.842.891,00 (trinta e dois milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e um reais);

a) **Operações de Crédito:** R\$ 19.600.244,00 (dezenove milhões, seiscentos mil, duzentos e quarenta e quatro reais);

b) **Alienação de Bens:** R\$ 1.005.000,00 (um milhão, cinco mil reais);

c) **Amortização de Empréstimos:** R\$ 815.000,00 (oitocentos e quinze mil reais);

d) **Transferências de Capital:** R\$ 10.497.587,00 (dez milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais);

e) **Outras Receitas de Capital:** R\$ 925.060,00 (novecentos e vinte e cinco mil, sessenta reais);

III - **Receitas Correntes Intra-Orçamentárias:** R\$ 41.804.000,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e quatro mil reais);

a) **Receita de Contrib. Intra-Orçamentárias:** R\$ 41.795.000,00 (quarenta e um milhões, setecentos e noventa e cinco mil reais);

b) **Outras Rec. Correntes Intra-Orçament.** R\$ 9.000,00 (nove mil reais);

IV - **Dedução da Receita de Transferência Corrente:** R\$ 28.442.000,00 (vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil reais);

Art. 4º - A despesa para o exercício de 2009 é fixada em R\$ 431.555.072,00 (quatrocentos e trinta e um milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, setenta e dois reais), em valores consolidados em 31 de agosto de 2008, e será realizada segundo a discriminação constante dos quadros anexos, com distribuição por funções e órgãos, segundo as fontes de recursos, e que fazem parte integrante da presente Lei.

Art. 5º - O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações atribuídas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do artigo 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º - Atendendo ao disposto no artigo 56 da Lei Federal nº 4.320/64, o recolhimento das receitas do tesouro, ressarcidas aquelas cuja peculiaridade exijam tratamento específico por parte do Poder Executivo, será efetuado em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada a fragmentação para criação de caixas paralelas.

Art. 7º - A programação com recursos oriundos de operações de crédito internas e novos projetos, objetos de análise e aprovação pelos agentes financiadores, Câmara Municipal e Senado Federal, dará início a realização das despesas após cumprimento de todas as disposições legais vigentes.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do § 8º do artigo 165 da Constituição Federal, e na forma do que dispõem os artigos 7º e 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a:

I - abrir crédito suplementar para atender despesas relativas à aplicação ou transferência de receitas vinculadas que excedam a previsão orçamentária correspondente, até o limite recebido;

II - abrir crédito suplementar com saldo de recursos vinculados não utilizados no exercício antecedente, até o limite do saldo bancário livre;

III - abrir crédito suplementar para remanejar dotações orçamentárias no mesmo projeto ou atividade, existindo os elementos de despesa nas respectivas atividades ou projetos, até o limite da dotação;

IV - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa total autorizada;

V - realizar em qualquer mês do exercício, operações de crédito por antecipação de receita e oferecer garantias usuais necessárias, até o limite fixado na Constituição Federal;

VI - remanejar dotações orçamentárias de recursos de convênios vinculados de projetos ou atividades diversas, desde que integrantes do mesmo vínculo.

Parágrafo único - Excluem-se do limite fixado pelo inciso IV do artigo 8º desta Lei os créditos adicionais suplementares que decorram de leis municipais específicas aprovadas no curso do exercício, que tiverem como fontes os recursos provenientes de operações de crédito, transferências voluntárias e convênios a fundo perdido, recursos próprios das entidades supervisionadas, e a suplementação para os seguintes grupos de despesa: pessoal civil e encargos previdenciários e sociais, juros e encargos da dívida, amortização da dívida e sentenças e ordens judiciais, bem assim ações preconizadas pela Lei Municipal nº 1.305/2005, de 30 de setembro de 2005, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2006-2009, e dá outras providências, e pela Lei Municipal nº 1.902/2008, de 15 de outubro de 2008, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2009 e dá outras providências.

Art. 9º - Os créditos suplementares referentes ao orçamento do Poder Legislativo e autarquias obedecerão limite semelhante ao estabelecido no inciso IV do artigo 8º, e seu parágrafo único, desta Lei, para as suplementações do Poder Executivo.

Art. 10 - A abertura de créditos adicionais depende da existência de recursos disponíveis para atender às despesas neles previstas, conforme o disposto no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, e na Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO.

Art. 11 - Os créditos especiais e extraordinários, autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro de 2008, ao serem reabertos, na forma do § 2º do artigo 167 da Constituição Federal, serão reclassificados em conformidade com as classificações adotadas na presente Lei.

Art. 12 - Na execução orçamentária, a discriminação e o remanejamento de elementos em cada grupo de despesa dos projetos, atividades e operações especiais, independente de formalização específica, serão efetuados através de registros contábeis, diretamente no sistema de informática pela Secretaria da Fazenda - SEMFA.

§ 1º - A discriminação da despesa de que trata o caput deste artigo será feita em cada projeto, atividade ou operação especial, por fonte de recurso, categoria econômica e modalidade de aplicação, podendo a mesma ser alterada por inclusão de elemento, acréscimo ou redução de valores em grupo de despesa constante da presente Lei.

§ 2º - Para efeito informativo à Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAN disponibilizará a cada órgão titular de dotações orçamentárias o respectivo detalhamento das despesas por elemento, após a sanção da presente lei e através do sistema orçamentário e financeiro, durante todo o exercício.

Art. 13 - Para efeito das alterações orçamentárias de que trata a Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO, observar-se-á o seguinte:

I - será considerada crédito especial a inclusão de novos projetos, atividades ou operações especiais nas unidades orçamentárias, sendo necessária a autorização legislativa específica para sua abertura;

II - os créditos suplementares englobam a inclusão de fonte de recurso, modalidade de aplicação, e grupo de natureza da despesa ou acréscimo no valor de projeto, atividade ou operação especial, serão feitos através de decretos do Poder Executivo.

Art. 14 - Os ajustes de valores nas dotações de um mesmo projeto, atividade ou operação especial aprovados na presente Lei, em seus créditos especiais, respeitadas as fontes de recursos, serão formalizados através de portaria conjunta dos Secretários Municipais da Fazenda e de Planejamento e Gestão, em conformidade com o disposto no inciso VI do artigo 167 da Constituição Federal e na Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO.

Art. 15 - As unidades responsáveis pela execução dos créditos orçamentários aprovados processarão o empenhamento da despesa, observados os valores fixados para cada grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos, e as disposições contidas nos artigos 12 e 13 da presente Lei.

Art. 16 - O Poder Executivo Municipal estabelecerá normas para a realização da despesa, inclusive a programação financeira para o exercício de 2009, onde fixará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com a arrecadação da receita, a fim de obter o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação específica vigente.

Art. 17 - O orçamento anual, objeto da presente Lei, corresponde na íntegra ao orçamento fiscal estabelecido na Lei Orgânica de Novo Hamburgo, de 1990, e obedece ao disposto na Lei Municipal nº 1.902/2008 - LDO.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir 1º de janeiro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 16 (dezesesseis) dias do mês de dezembro do ano de 2008.

JAIR HENRIQUE FOSCARINI - Prefeito Municipal

EDISON SIQUEIRA LEMOS
Secretário da Fazenda

SILVIA REGINA M. DOS SANTOS
Secretária de Planejamento e Gestão

Registre-se e Publique-se
JOÃO ALBERTO ANTÔNIO - Secretário de Administração

OBS: A Lei Municipal nº 1.924/2008, na sua íntegra, encontra-se à disposição na Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAN, 9º do Centro Administrativo Leopoldo Petry, na Rua Guia Lopes, nº 4.201, Bairro Canudos.

*Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente * Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA *

**“Contribua com o Fundo Municipal da Criança e Adolescente”
“Doe Sangue, Doe Órgãos, Doe Medula Óssea, SALVE UMA VIDA”**

2) A P6H.

A JUNTA FINANCEIRA,
Reunida em 27 de fevereiro
de 2002, decidiu por encami-
nhar o projeto de Lei,
à Câmara de Vereadores
nos mesmos valores. Juzelma
ainda alterar a redação
do artigo 3º da lei,
retirando a exigência de
nova Lei, ~~então~~ não, permi-
tir prorrogação.

Gilberto dos Reis
Diretor de Orçamento e Finanças
DIROF

05.03.09

3) A DEXP

SEGUE PROJETO

DE LEI.

em 20/3/09

Ruy Noronha
Procurador Geral do Município
PGM

4) À SDR/CONDER pl

emissão de parecer.

Após retornar ao DEXPE.

Em 23/03/09.

Gabriel Quevedo
Diretor de Expediente
DEXPE

5) À DEXPE.

PARECER DA SDR É
FAVORÁVEL A REALIZAÇÃO
DO CONVÊNIO EM CANTEN
DE URGÊNCIA PELA NECESSI-
DADE DE OPERACIONALIZAÇÃO
DA PATRULHA AGRÍCOLA DO
MUNICÍPIO. O CONDER
TAMBÉM EMITIU PARECER
FAVORÁVEL A CONTINUIDADE
DO CONVÊNIO.

Carlos Coutinho
DIRETOR DE SEPLURVA

Leandro Antonio Tavares
Secretário de Desenvolvimento Rural
SDR

6) Reunião em 27/03/09

Neuza Regina Borges da Cruz
Assistente Administrativa

7) Sp Lang:
Para ciência do item "5".
Em 30/3/09

Carla Caroline Scheid
ASSISTENTE ADMINISTRATIVA